

Os conselhos minhotos, com máxima expectativa perante a possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial AECT Rio Minho afirmou hoje que os municípios do Minho mantêm a “expectativa máxima” face à possibilidade de abrir mais postos fronteiriços com Portugal, medida que poderá ser finalizada nos próximos dias e que o ministro da Administração Interna de Portugal, Eduardo Cabrita, deixou em aberto em declarações públicas.

O vice-director do AECT, Uxío Benítez, explicou que os presidentes das câmaras portuguesas têm mantido contactos informais com o governo central português, com especial assertividade na questão do encerramento da fronteira, e sublinhou que “apesar de não terem recebido informação oficial, satisfazem as declarações proferidas por Eduardo Cabrita, que deixaram em aberto a possibilidade de alteração dos horários das fronteiras terrestres ou do número de postos obrigatórios”.

O Vice-Diretor do AECT Uxío Benítez congratulou-se com a disponibilidade do Ministro da Administração Interna de Portugal para alterar os horários e número de controlos

“Os concelhos de Pontevedra e Alto Minho esperam com grande

expetativa que, nos próximos dias, seja anunciada a reversão total da medida atualmente em vigor relativa ao encerramento das fronteiras, de forma a servir os reais e necessários interesses dos trabalhadores transfronteiriços, assim como o transporte de mercadorias”, destacou.

Benítez enfatizou que é necessário abrir todas as etapas existentes e permitir os controlos de forma contínua (24 horas) visto que, como sublinhou, os horários das empresas e dos funcionários das duas margens do rio são variados. Ele lembrou que o atual posto de Salvaterra, aberto apenas duas horas de manhã e duas de tarde, não se traduz em qualquer benefício para os trabalhadores, visto que o trabalho em regime de turno também tem de atravessar o rio pela única passagem autorizada de Tui por não coincidirem nos horários.

Salienta-se a necessidade de “reverter completamente” o atual encerramento da fronteira e considerar o horário comercial ao estabelecer faixas autorizadas

Benítez expressou confiança em que o governo português irá reconsiderar a situação, e lembrou que em Espanha, oficialmente, o delegado do governo manifestou a sua vontade de tomar as medidas necessárias, mas sempre através de um acordo diplomático com os dirigentes portugueses. “Esperemos que o erro não perdure”, destacou.

A fronteira entre Pontevedra e o Alto Minho português tem 70 quilómetros, correspondendo a 5% dos 1.200 quilómetros de toda a fronteira ibérica, mas assume 50% de todo o tráfego de veículos entre Espanha e Portugal pelas seis pontes sobre o Minho. Existem cerca de 6.000 trabalhadores transfronteiriços

que têm de atravessar a fronteira diariamente.

Na última quinta-feira, autarcas da fronteira protestaram contra o atual encerramento de fronteiras e lançaram um SOS. Eles asseguraram que os trabalhadores transfronteiriços estão a ser punidos com a manutenção de apenas um posto aberto (o da ponte internacional de Tui), gastando dinheiro com combustível e tempo ao longo de dezenas de quilómetros para chegar ao trabalho, porque os governos centrais não colocam mais controlos (guardas portuguesas e guarda civil) nos restantes postos de fronteira.

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a “reabertura urgente” de todas as fronteiras para trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial

Concelhos da fronteira exortam Madrid, Lisboa e a Junta para a “reabertura urgente” de todas as fronteiras para

trabalhadores, através de um comunicado de imprensa oficial

Conselhos de cidade do AECT Minho reúnem-se para decidir ações sobre o encerramento da fronteira com Portugal

Os concelhos pontevedrenses e portugueses na fronteira do Minho reunir-se-ão hoje de urgência para decidirem sobre as ações e medidas a tomar sobre o encerramento da fronteira com Portugal. Assim o confirmou o vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, que antecipou o grande mal-estar de todos os municípios, que exigem a abertura de todos os postos fronteiriços para evitar situações como as que se repetiram esta manhã na ponte internacional de Tui, com filas de mais de dois quilómetros, revivendo o problema do anterior confinamento de trabalhadores transfronteiriços.

O encontro com os municípios de ambas as margens do Minho foi convocado após o encontro realizado esta manhã entre Benítez, outros membros do AECT e o Delegado do Governo na Galiza, Javier Losada. Conforme confirmado pelo deputado nacionalista, o delegado manifestou compreensão com o desconforto dos municípios da fronteira e comprometeu-se a reforçar o pedido de abertura de todas as fronteiras na província, bem como de disponibilizar todos os meios e pessoal das forças de segurança para permitir mais controles quando necessário.

“Parece não ser um problema de meios. O que o delegado disse é que o encerramento das fronteiras é uma decisão do governo português que tem de ser resolvida por via diplomática”, disse

Benítez. Ele salientou que o AECT “vai bater a todas as portas necessárias” pelos canais administrativos até que sejam abertas as fronteiras, não descartando outras medidas de pressão, pois – insistiu o nacionalista – há um claro protesto dos trabalhadores transfronteiriços, que têm de fazer desvios de quilómetros para trabalhar, através dos “funis” das passagens de Tui e Salvaterra.

O vice-diretor Uxío Benítez expressou hoje o seu descontentamento ao delegado do Governo, que se comprometeu a levar a petição ao Ministério de Assuntos Exteriores as ações sobre o encerramento da fronteira com Portugal e o pedido para abrir todos os postos transfronteiriços da província

Benítez lembrou que, segundo dados da Delegação do Governo, entre as oito da manhã e o meio-dia, o controlo fronteiriço de acesso a Pontevedra em Tui, a partir de Portugal, apenas proibiu a passagem de uma dezena de viaturas em que os viajantes não cumpriram os requisitos autorizados (ser um trabalhador ou ter família de primeiro grau ou dependentes a cargo, entre outras situações). No entanto, o comando português da GNR procedeu a uma revisão minuciosa de toda a documentação apresentada pelas pessoas que pretendem atravessar a fronteira, criando uma grande fila semelhante às repetidas diariamente no encerramento anterior por não admitir alguma das justificações.

O vice-director do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ‘AECT Rio Minho’ lembrou que “chove sobre o molhado”, pois os governos espanhol e português sabem que a fronteira entre Pontevedra e Portugal, embora seja de 5% do comprimento da fronteira, assume 50% do tráfego de veículos, pelo que a sua realidade não é comparável às de Castela-Leão, Andaluzia ou Extremadura, comunidades às quais foi concedido o

mesmo número de postos fronteiriços que toda a Galiza.

Ele pediu, uma vez mais, o lançamento do cartão de cidadão transfronteiriço, de modo a identificar mais facilmente todas as pessoas forçadas a cruzar a fronteira devido à sua vida profissional.

O AECT Rio Minho exorta a Junta a executar o acordo de ativação do 'Cartão transfronteiriço' antes do encerramento de Portugal

O Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça AECT Rio Minho exortou hoje a Junta – nas palavras do seu vice-diretor e deputado Uxío Benítez – a implementar o acordo do Parlamento galego para ativação do 'cartão transfronteiriço', o qual irá facilitar a passagem na fronteira a todas as pessoas que vivem ou trabalham nas duas margens do rio.

O nacionalista lembrou que o Parlamento aprovou por unanimidade a proposta não jurídica apresentada pelo grupo nacionalista na reunião de 11 de dezembro da 1ª Comissão Institucional, Administração Geral, Justiça e Assuntos Internos sobre o cartão transfronteiriço. Em seguida, a Junta comprometeu-se a promover entre os governos espanhol e português o estudo de fórmulas, como o cartão transfronteiriço, para evitar os efeitos negativos das limitações de passagem na fronteira por motivos de saúde pública. No momento, apesar desse acordo, diz Benitez, "não se

conhece nenhuma medida para torná-lo realidade”.

O deputado de Cooperação Transfronteiriça Uxío Benítez destaca que o cartão transfronteiriço agilizará a vigilância policial e sanitária

O deputado defendeu que o cartão de cidadão transfronteiriço permitiria uma identificação ágil e rápida nos postos policiais e de vigilância sanitária existentes nas fronteiras e evitaria situações como as do confinamento anterior, quando pessoas que trabalham nos dois lados da fronteira foram obrigadas a passar por um único ponto, a ponte Tui-Valença, onde se formou uma ‘fila’ de viaturas com várias horas de espera.

Benitez insistiu na necessidade de manter abertas os seis pontos de passagem da província com Portugal, mas *“sempre com todos os controlos e garantias sanitárias necessários, algo que o cartão tornaria muito mais ágil”*.

“Não podemos viver novamente o duplo impacto que sofremos entre 17 de março e junho com a fronteira impedida. Deve haver permeabilidade mas com controles adequados. Não se pode complicar a vida dos trabalhadores transfronteiriços ”, insistiu.

O deputado lembrou uma vez mais que a fronteira entre Pontevedra e Portugal é a mais dinâmica social e economicamente de toda a península, já que, perfazendo 70 dos 1.200 quilómetros entre Espanha e Portugal – apenas 5% – assume a passagem de 50% dos veículos. Em todo o caso, ele reconheceu que as relações transfronteiriças no território estão quase totalmente suspensas neste momento, estando a Galiza também limitada por municípios e sem tráfego até 17 de fevereiro, salvo por motivos essenciais e devidamente

justificados.

O nacionalista reivindica fundos europeus como compensação pelo duplo golpe socioeconômico da COVID no território do Minho

Ele afirmou que, aquando da recuperação, *“depois da tempestade, a bonança deve vir para todos, e as localidades fronteiriças e suas populações devem ser considerados pelos dois governos, para não caírem novamente no esquecimento”*.

Por fim, salientou a necessidade dos territórios transfronteiriços aplicarem a figura do ITI – Intervenção Territorial Integrada – para o período 2021-2027, por forma a autorizar um programa de ação concertada para o próximo período de programação dos fundos comunitários. *“Os fundos europeus devem ser verdadeiramente alocados como uma medida compensatória a este duplo golpe socioeconómico sentido no território do Minho”*, concluiu.

Plano estratégico defende a criação de um Cartão de

Cidadão Transfronteiriço

Cartão de Cidadão Transfronteiriço

“Deixem-me trabalhar”. Autarcas de fronteira emitem novo pedido de ajuda para trabalhadores transfronteiriços

A Ponte Internacional que liga Monção e Salvaterra do Miño foi palco, esta manhã, da segunda ação de protesto pela reabertura de mais pontos de passagem entre Portugal e Espanha, dinamizada pelos presidentes dos 12 municípios portugueses e galegos banhados pelo rio Minho. Dois trabalhadores transfronteiriços marcaram presença para testemunhar o impacto do fecho de fronteiras no seu dia a dia, exibindo cartazes com a frase **“Deixem-me trabalhar”**.

O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho) sublinhou que *“estas duas pessoas simbolizam tudo aquilo pelo que os autarcas andam a reivindicar. Não se trata de abrir fronteiras de uma forma generalizada para o turismo, mas sim de algo mais justo e preocupante que é os trabalhadores transfronteiriços fazerem uma vida normal. O que está em causa é a colocação de meios para controlar a abertura de mais pontos de passagem”*.

Sublinhando que a ponte *“é uma rua que atravessa o rio Minho,*

e na qual passam, diariamente, 10 mil carros”, o Presidente da Câmara Municipal de Monção alertou para o facto de “os trabalhadores transfronteiriços estarem a sofrer efeitos económicos e pessoais há muitos meses”. E acrescentou: “Somos pequenos, somos poucos, mas somos gente. Queremos sobreviver, é já do que se trata. Há já muitos pedidos de ajuda, há pobreza encapotada, a economia está a definhar e o que se pede aos Governos é que ajudem a fronteira, ajudem os povos de ambos os lados”.

Cecília Puga, cabeleireira galega com salão em Melgaço há 19 anos, fazia uma viagem casa/trabalho de apenas seis minutos. Com o fecho de fronteiras devido à pandemia Covid-19, a empresária vê-se obrigada a percorrer cerca de 160 kms por dia, tendo de passar no único ponto de passagem aberto nesta orla ribeirinha, em Valença–Tuy, além de demorar muito mais tempo. *“Na semana passada, o SEF não validou a minha declaração e tive de ir a Vigo fazer novo reconhecimento, tendo demorado cinco horas a chegar ao meu posto de trabalho. É uma injustiça”, disse.*

Por sua vez, Vítor Domingues, referiu que, em 22 anos de feirante, na semana passada foi *“a primeira vez que não abriu a caixa, não faturando um cêntimo”*. Presença habitual nas feiras entre Melgaço e Caminha, o feirante que ostentava um cartaz com **“Deixem-me trabalhar”**, afirmou que esta situação está a provocar *“um colapso económico total na raia”* e o que se pede é que *“os governos olhem para o Norte de Portugal e a Galiza”*.



No final ficou a garantia de que, se nada for feito, esta reivindicação vai prosseguir noutras travessias que flexibilizam as milenares relações entre o Norte de Portugal e a Galiza.

De relembrar que a primeira ação de protesto conjunta dos autarcas dos dois lados do rio Minho aconteceu, na passada quarta-feira, 3 de junho, na Ponte internacional da Amizade, que liga Vila nova de Cerveira e Tomiño.

Autarcas lançam pedido de

“SOS” aos Governos de Portugal e Espanha para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços

Os presidentes de 12 municípios portugueses e galegos banhados pelo rio Minho reivindicaram, ontem, a reabertura de mais pontos de passagem entre Portugal e Espanha nesta orla ribeirinha para colmatar as inúmeras dificuldades vividas por milhares de trabalhadores transfronteiriços, assim como pedem uma abertura gradual das fronteiras para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços e salvar uma economia transfronteiriça *“que está a morrer”*. Numa ação concertada pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT Rio Minho), os autarcas representantes de cerca de 150 mil habitantes exibiram a palavra “SOS” em plena Ponte Internacional da Amizade (Cerveira-Tomiño), transmitindo a ambos os governos uma mensagem de asfixia económico-social.

O AECT Rio Minho sublinhou a *“enorme injustiça”* sentida por estas populações, colocando *“a fronteira mais dinâmica de toda a Europa”* dependente de *“um funil”* em Valença-Tui, referindo-se ao único ponto de passagem autorizado pelos governos. *“Estamos a assistir a graves prejuízos financeiros e de desgaste emocional entre os trabalhadores transfronteiriços, que são obrigados a fazer centenas de quilómetros diários a mais, com custos acrescidos”*, adiantando que *“é necessário olhar com a devida atenção para a singularidade deste território transfronteiriço”*.



O vice-presidente do agrupamento territorial e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reiterou que, de entre as 64 fronteiras existentes entre Portugal e Espanha, das cinco mais movimentadas, três estão nesta região (Valença-Tui, Monção-Salvaterra e Cerveira-Tomiño) *“por onde passam metade, ou mais, da circulação rodoviária entre os dois países”*. *“Não estamos a querer facilitar em termos de saúde pública e de segurança, mas é possível a abertura de mais pontos de passagem mediante um reforço da vigilância e controle policial e das condições sanitárias, tal como se faz entre Valença-Tui. Se tivermos mais pontos, há a garantia de maior segurança pois evitam-se filas intermináveis e grandes concentrações num único ponto”*.

Fernando Nogueira deu o exemplo concreto da Zona Industrial de Vila Nova de Cerveira, *“com 4.000 trabalhadores, dos quais 20% são oriundos da Galiza e que estão a ser alvo de impactos catastróficos no seu dia a dia, além de uma economia que, de um modo generalizado está a morrer. Quanto mais se prorroga esta situação mais difícil será a sua retoma normal”*. *“Nunca, nem nos tempos de ditadura, como Portugal e Espanha viveram há*

uns anos, se ‘construiu’ este Muro de Berlim. Os portugueses não vivem sem os galegos, e vice-versa, pois esta é uma verdade milenar”, assegurou.

Questionados sobre a situação epidemiológica como motivo para os governos centrais de Portugal e Espanha manterem as fronteiras fechadas, ambos os representantes foram unânimes na resposta, classificando-a de *“falso argumento”*. Úxio Benitez assegura que a situação sanitária da Galiza *“não é, nem nunca foi da mesma dimensão do que em Madrid”* e que, neste momento, é muito semelhante, *“com uma evolução muito favorável, com a existência de poucos novos casos quer no Alto Minho quer na Galiza”*, corroborou Fernando Nogueira.

A mensagem SOS exibida em letras grandes procurou chamar a atenção dos governos de Portugal e Espanha, solicitando *“no mínimo, uma resposta plausível”*, pois os autarcas transfronteiriços consideram que, até ao momento, *“ambos os governos não têm ajudado a superar esta crise nas fronteiras”*.



Na sequência desta ação simbólica de protesto, e se não houver resposta por parte dos governos, o AECT Rio Minho admite

continuar com iniciativas semelhantes noutras fronteiras do rio Minho para flexibilizar passagem de trabalhadores transfronteiriços, assim como os autarcas ponderam não assinar o Auto de Reconhecimento de Fronteiras, um ato simbólico no qual os dois lados se juntam anualmente, e há mais de um século, para formalizar a assinatura de um documento.

Constituído em fevereiro de 2018 e com sede em Valença, o AECT Rio Minho abrange um total de 26 concelhos: os 10 municípios do distrito de Viana do Castelo que compõe a CIM do Alto Minho e 16 concelhos galegos da província de Pontevedra. Nesta ação de protesto estiveram presentes 12 autarcas representantes dos municípios mais ribeirinhos e mais afetados por este fecho de fronteiras terrestres, em vigor desde as 23h00 do dia 16 de março, devido à pandemia de Covid-19.

As empresas da província e do Alto Minho juntam-se à reivindicação para a abertura imediata da fronteira com Portugal e ativação de instrumentos de apoio

económico

O tecido empresarial da província de Pontevedra e do Alto Minho juntou-se ontem à reivindicação do AECT Rio Minho para a abertura imediata da fronteira com Portugal, facilitando a mobilidade com o país vizinho. Eles exortam também a ativação de instrumentos de compensação económica pelas perdas na região transfronteiriça devido à crise decorrente da COVID-19, os quais o grupo pretende implementar sob forma de um Investimento Territorial Integrado (ITI) para o território do Minho.

O “*apoio total*” às reivindicações foi manifestado ontem numa reunião virtual na qual participaram o diretor do AECT Rio Minho e o deputado para a cooperação transfronteiriça Uxío Benítez, o presidente da Confederação de Empresários da Província (CEP), Jorge Cebreiros; o presidente da CEVAL (Confederação Empresarial do Alto Minho) Luis Ceia; e o presidente da Câmara de Comércio de Tui, Gumersindo Alonso, juntamente com o professor Martínez Cobas, autor do estudo do impacto económico encarregado pelo AECT na Universidade de Vigo. Todos concordaram com a situação “tremenda” que vivem os empresários e empresárias na fronteira, bem como seus trabalhadores, pois sofrem com uma atividade totalmente reduzida, devido à existência de uma única passagem entre as fronteiras e à obrigação de percorrer cerca de 100 quilómetros até aos seus postos de trabalho.

A AECT Rio Minho reuniu-se ontem com os presidentes da CEP, CEVAL e da Câmara de Tui, assegurando que o impacto na atividade da região é “tremendo”

Jorge Cebreiros felicitou o AECT pela iniciativa de ter encomendado o estudo e destacou que a realidade económica da fronteira do Minho é reveladora do seu dinamismo. Ele

salientou que **os 70 quilómetros dos 2.000 de toda a fronteira entre Espanha e Portugal concentram 50%** do tráfego transfronteiriço. *“Esse dinamismo deveria por si só ser suficiente para ter um tratamento assimétrico. A existência de uma passagem apenas em Tui-Valença para 50% do trânsito não é justo nem proporcional”*, sublinhou, lembrando que a situação cria distúrbios tanto para o tráfego de pessoas, como de mercadorias e, em particular, para o turismo.

“Todas as passagens transfronteiriças têm de ser abertas. Não existem razões objetivas para o encerramento”, enfatizou, insistindo que se estão a colocar obstáculos contínuos à capacidade económica local. *“Pela primeira vez não temos um problema norte / sul. Estamos com um problema de centro / periferia, porque nem Lisboa nem Madrid sabem o que é a fronteira. Eles não conhecem o grandíssimo dinamismo ou a nossa realidade económica. É claro que, após avaliar o impacto económico, será necessário habilitar instrumentos de apoio”*, concluiu.

Os empresários enfatizam que nem Madrid nem Lisboa conhecem a economia regional: “Ter uma única passagem fronteiriça aberta não é justo nem adequado”

Por seu turno, Luis Ceia, presidente da CEVAL, também expressou total concordância com a necessidade da abertura imediata da fronteira com Portugal. Ele destacou a necessidade de melhorar a mobilidade entre as fronteiras com urgência, pois, com base em dados publicados entre 16 de março e 29 de maio, cruzaram o único posto elegível cerca de 200.000 pessoas. *“As empresas e atividades na fronteira estão com problemas. Atente-se no exemplo do comércio da Fortaleza, que não tem clientes. Essas pessoas precisam de ser compensadas de alguma forma”*, asseverou.

Também neste sentido interveio o presidente da Câmara de

Comércio de Tui, Gumersindo Alonso, que colocou sobre a mesa as constantes dificuldades envolvidas no retorno à normalidade de uma situação de encerramento da fronteira. *“É lamentável que a grande mobilidade que temos, mais de 50% do tráfego, não seja suficiente para justificar a abertura de mais postos”*, disse, frisando os custos de tempo e dinheiro que envolve a existência de uma única ligação fronteiriça para os trabalhadores e empresas da região.

Alonso abordou também o turismo e sublinhou que a atividade representa 13% do PIB da Galiza e 12% dos empregos locais, dados que, segundo ele, são ainda mais preponderantes se estiverem cingidos à província de Pontevedra. *“A estação está aí. Não há peregrinos, nem forasteiros. Temos de cuidar da fronteira e fazer uma grande campanha de promoção turística para incentivar as pessoas em toda a Europa”*, concluiu.



Por sua vez, o diretor do AECT, Uxío Benítez, expressou satisfação com a reunião com a comunidade empresarial. Ele afiançou que a união de todos os setores afetados pelo encerramento da fronteira dará maior força *“aos que têm de formular uma a solução para esse “absurdo”*. Ele insistiu que o AECT continuará a tomar as medidas necessárias para o efeito.

Além da reunião de ontem entre o AECT Rio Minho e a comunidade empresarial, o diretor do grupo também reuniu-se com os edis da fronteira do Minho, tanto de Pontevedra como de Portugal, para alinhar ações de protesto conjunto e iminente, no

seguimento do ultimato para a abertura de mais passagens transfronteiriças com Portugal não se ter concretizado junto de nenhuma das autoridades competentes (abrindo, no entanto, passagens com menos tráfego em Ourense, nesta segunda-feira). Como prelúdio às mobilizações deste fim de semana, o AECT colocou faixas na Ponte da Amizade em Goián, a fim de tornar visível a indignação de todos os cidadãos da região.